



**ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA DA UNIÃO ESPECIALIZADA VIRTUAL DE
SERVIÇOS SEM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA**

EDITAL CREDENCIAMENTO 01/2025

CONVOCAÇÃO DE ORGANIZAÇÕES DE SAÚDE EXTRA MARINHA (OSE) E PROFISSIONAIS DE SAÚDE AUTÔNOMOS (PSA) PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SAÚDE EM ASSISTÊNCIAS: MÉDICO-HOSPITALAR, AMBULATORIAL, ATENDIMENTO DE EMERGÊNCIA/URGÊNCIA EM REGIME DE 24 (VINTE E QUATRO) HORAS DIÁRIAS, DE APOIO AO DIAGNÓSTICO TERAPÊUTICO, REMOÇÃO ENTRE INSTITUIÇÕES DE SAÚDE E ENTRE ORGANIZAÇÃO MILITAR E INSTITUIÇÃO DE SAÚDE, LABORATORIAL, ODONTOLOGIA, REABILITAÇÃO, FONOAUDIOLOGIA, FISIOTERAPIA, NUTRIÇÃO, PSICOLOGIA, TERAPIA OCUPACIONAL, MUSICOTERAPIA, PSICOPEDAGOGIA, EXAMES DE DIAGNÓSTICO E ATENDIMENTO DOMICILIAR.

PORTO ALEGRE, RS - OUTUBRO DE 2025

ÍNDICE.

PREÂMBULO

1. DA CONVOCAÇÃO.
2. DO OBJETO.
3. DA PARTICIPAÇÃO NO CREDENCIAMENTO.
4. DA HABILITAÇÃO E DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO.
5. DOS RECURSOS FINANCEIROS.
6. DO CONTRATO E SUAS ALTERAÇÕES.
7. DO REGIME DE EXECUÇÃO.
8. DO PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO.
9. DO REAJUSTE.
10. DAS OBRIGAÇÕES DO CREDENCIANTE.
11. DAS OBRIGAÇÕES DOS CREDENCIADOS.
12. DAS SANÇÕES.
13. DA RESCISÃO.
14. DOS RECURSOS.
15. DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL E PEDIDOS DE INFORMAÇÕES.
16. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS.
17. DO FORO.



**MINISTÉRIO DA DEFESA
MARINHA DO BRASIL
COMANDO DO QUINTO DISTRITO NAVAL
CAPITANIA FLUVIAL DE PORTO ALEGRE**

EDITAL Nº 1/2025

CONVOCAÇÃO DE ORGANIZAÇÕES DE SAÚDE EXTRA MARINHA (OSE) E PROFISSIONAIS DE SAÚDE AUTÔNOMOS (PSA) PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SAÚDE EM ASSISTÊNCIAS: MÉDICO-HOSPITALAR, AMBULATORIAL, ATENDIMENTO DE EMERGÊNCIA/URGÊNCIA EM REGIME DE 24 (VINTE E QUATRO) HORAS DIÁRIAS, DE APOIO AO DIAGNÓSTICO TERAPÊUTICO, REMOÇÃO ENTRE INSTITUIÇÕES DE SAÚDE E ENTRE ORGANIZAÇÃO MILITAR E INSTITUIÇÃO DE SAÚDE, LABORATORIAL, ODONTOLOGIA, REABILITAÇÃO, FONOAUDIOLOGIA, FISIOTERAPIA, NUTRIÇÃO, PSICOLOGIA, TERAPIA OCUPACIONAL, MUSICOTERAPIA, PSICOPEDAGOGIA, EXAMES DE DIAGNÓSTICO E ATENDIMENTO DOMICILIAR.

1. DA CONVOCAÇÃO

1.1. A União, representada pela Capitania Fluvial de Porto Alegre (CFPA), da Marinha do Brasil, mediante a Comissão Especial de Credenciamento (CEC), designada pela Portaria nº 11 de 11 de fevereiro de 2025, do Capitão dos Portos de Porto Alegre, torna público para conhecimento dos **interessados** que, na data, horário e local indicados, fará realizar a seleção e o credenciamento de Organizações de Saúde Extra Marinha (OSE) e Profissionais de Saúde Autônomos (PSA) para prestação de serviços de saúde em assistências: médico-hospitalar, ambulatorial, atendimento de emergência/urgência em regime de 24 (vinte e quatro) horas diárias, de apoio ao diagnóstico terapêutico, remoção entre instituições de saúde e entre Organização Militar e instituição de saúde, laboratorial, odontologia, reabilitação, fonoaudiologia, fisioterapia, nutrição, psicologia, terapia ocupacional, musicoterapia, psicopedagogia, exames de diagnóstico e atendimento domiciliar, conforme as condições estabelecidas neste Edital e nos seus anexos.

1.2. O procedimento de credenciamento observará integralmente as disposições da

seguinte legislação infraconstitucional:

- 1.2.1. Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964;
- 1.2.2. Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021;
- 1.2.3. Decreto nº 92.512, de 2 de abril de 1986;
- 1.2.4. Decreto nº 93.872, de 23 de dezembro de 1986;
- 1.2.5. Portaria Ministerial nº 796, de 28 de dezembro de 2011 (IG 10-48);
- 1.2.6. Portaria Ministerial nº 305, de 24 de maio de 1995 (IG 12-02);
- 1.2.7. Instrução Normativa 05, de 21 de julho de 1995, do MARE;
- 1.2.8. Decreto nº 10.535, de 28 de outubro de 2020;
- 1.2.9. Decreto nº 11.878, de 9 de janeiro de 2024;
- 1.2.10. Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 05, de 26 de maio de 2017, e suas alterações;
- 1.2.11. Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 03, de 26 de abril de 2018;
- 1.2.12. Instrução Normativa nº 73/2020, da Secretaria Especial, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia;
- 1.2.13. Instrução Normativa SEGES/ME nº 65, de 7 de julho de 2021 e suas alterações;
- 1.2.14. Instrução Normativa SEGES/ME nº 81, de 25 de novembro de 2022;
- 1.2.15. Instrução Normativa SEGES nº 58, de 08 de agosto de 2022;
- 1.2.16. Portaria nº 1.010, de 21 de maio de 2012, do Ministério da Saúde;
- 1.2.17. Normas para Acordos Administrativos e Auditoria em Saúde de Organizações de Saúde Extra Marinha, DGPM-404 (4ª Rev. 2023), da Diretoria Geral do Pessoal da Marinha;
- 1.2.18. Normas para Assistência Médico-Hospitalar, DGPM-401 (4ª Rev. 2024), da Diretoria Geral do Pessoal da Marinha;
- 1.2.19. Normas sobre Licitações, Acordos e Atos Administrativos (NOLAM), SGM-102 (6ª Rev 2023), da Secretaria-Geral da Marinha;
- 1.2.20. Manual de Auditoria em Saúde, DSM-6011 (1ª Edição 2024), da Diretoria de Saúde da Marinha;
- 1.2.21. Manual de Constatações de Auditoria (MACAUD), do Centro de Controle Interno da Marinha;
- 1.2.22. Manual de Contratação, da Diretoria de Administração da Marinha;
- 1.2.23. Manual de Orientação de Pesquisa de Preços (4ª Edição), do Supremo Tribunal de Justiça;

1.2.24. Caderno de Logística de Pesquisa de Preços, do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos;

1.2.25. Ofício Circular nº 004/2024- CJU-RJ/CGU/ AGU;

1.2.26. Circular nº 15/2025, da Diretoria de Saúde da Marinha;

1.2.27. Circular nº 16/2025, da Diretoria de Saúde da Marinha;

1.2.28. Circular nº 17/2025, da Diretoria de Saúde da Marinha;

1.2.29. Circular nº 18/2025, da Diretoria de Saúde da Marinha;

1.2.30. Circular nº 19/2025, da Diretoria de Saúde da Marinha;

1.2.31. Circular nº 20/2025, da Diretoria de Saúde da Marinha;

1.2.32. Circular nº 21/2025, da Diretoria de Saúde da Marinha; e

1.2.33. Circular nº 23/2025, da Diretoria de Saúde da Marinha.

1.2.34. Lei nº 10.192, de 14 de fevereiro de 2001;

1.3 Integram este Edital, independentemente de transcrição, os Anexos abaixo:

Anexo "A"	Minuta de Termo de Contrato de Hospitais e de Maternidades.
Anexo "B"	Minuta de Termo de Contrato de Clínicas Médicas Especializadas.
Anexo "C"	Minuta de Termo de Contrato de Clínicas Odontológicas.
Anexo "D"	Minuta de Termo de Contrato de Clínicas de Reabilitação.
Anexo "E"	Minuta de Termo de Contrato de Laboratórios de Análises Clínicas e Citopatologia.
Anexo "F"	Minuta de Termo de Contrato para Profissionais de Saúde Autônomos (PSA).
Anexo "G"	Minuta de Termo de Contrato para Profissionais de Saúde Autônomos (PSA) Cirurgião Dentista.
Anexo "H"	Minuta de Termo de Contrato para Atendimento Pré-Hospitalar e Inter-Hospitalar.
Anexo "I"	Termo de Referência.
Anexo "J"	Minuta de Termo de Contrato para Cooperativas Médicas.
Anexo "K"	Modelo de Carta Proposta para Organizações de Saúde Extra Marinha (OSE).
Anexo "L"	Modelo de Requerimento para Credenciamento de Profissionais de Saúde Autônomos (PSA).

Anexo "M"	Declaração de cumprimento do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.
Anexo "N"	Lista Referencial para Diárias, Taxas, Materiais, Dietas e Instruções Gerais de Serviços de Saúde.
Anexo "O"	Modelo de Relatório de Glosa.
Anexo "P"	Pacotes de prestação de serviço.
Anexo "Q"	Declaração de Enquadramento no Conceito de Nível de Risco I.
Anexo "R"	Áreas de Prestação de Serviços de Assistência em Saúde.
Anexo "S"	Declaração de Aceitação da Tabela de Preços Pré Fixados no Edital.
Anexo "T"	Declaração de Inexistência de Fatos Impeditivos.
Anexo "U"	Modelo de Guia de Apresentação do Usuário (GAU).
Anexo "V"	Tabela de Referência dos Códigos de Glosa da Diretoria de Saúde da Marinha (DSM).
Anexo "X"	Modelo de Certificado de Registro Cadastral (CRC)

1.4. O presente Edital e seus anexos poderão ser examinados no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, disponível no endereço: <https://www.gov.br/pncp/pt-br>.

1.4.1. A divulgação dos extratos de contratos firmados com os credenciados no PNCP ocorrerá em até 10 dias úteis, contados da data da assinatura (art. 72, parágrafo único c/c art. 94, II da Lei nº 14.133/21).

1.5. A documentação mencionada no item acima também poderá ser consultada no endereço eletrônico <https://www.marinha.mil.br/cfpa/licitações> ou ser solicitada por meio do e-mail cfpa.credenciamento@marinha.mil.br. A solicitação de outras informações poderá ser realizada pelo telefone: (51) 99925-4814, da Divisão de Saúde.

2. DO OBJETO

2.1. O objeto deste Edital é o credenciamento, no Estado do Rio Grande do Sul, de Organizações de Saúde Extra Marinha (OSE) e Profissionais de Saúde Autônomos (PSA) interessados na prestação de serviços de saúde nas seguintes assistências: médico-hospitalar, ambulatorial, atendimento de emergência/urgência em regime de 24 (vinte e quatro) horas diárias, de apoio ao diagnóstico terapêutico, remoção entre instituições de saúde e entre Organização Militar e instituição de saúde, laboratorial, odontologia, reabilitação, fonoaudiologia, fisioterapia, nutrição, psicologia, terapia ocupacional, musicoterapia, psicopedagogia, exames de diagnóstico e atendimento domiciliar, aos usuários do Sistema de Saúde da Marinha (SSM), conforme condições vigentes nos arts. 74 e 79 da Lei nº 14.133, de 2021, no Decreto nº 11.878, de 2024 e na Decisão nº 656/1995 – Plenário TCU.

2.2. A prestação de serviços de saúde nas assistências supracitadas no item 2.1 abará as localidades da área de abrangência da Capitania Fluvial de Porto Alegre (CFPA), disponível no endereço eletrônico <https://www.marinha.mil.br/dsm/file/1819>.

2.3. É permitido ao CREDENCIADO subcontratar os seguintes serviços: serviços de profissionais de saúde especializados, unidades de terapia intensiva, serviços laboratoriais, serviços de apoio diagnóstico, serviço de atendimento de enfermagem, serviços de remoção inter-hospitalar e entre Organização Militar e instituição de saúde e locação de material hospitalar.

2.3.1. O CREDENCIADO deverá indicar os eventuais subcontratados.

2.3.2. O subcontratado deverá comprovar os requisitos de habilitação, pertinentes a sua empresa, exigidos neste Edital.

2.3.3. A subcontratação não liberará o CREDENCIADO de suas responsabilidades contratuais e legais quanto ao objeto transferido de forma parcial.

3. DA PARTICIPAÇÃO NO CREDENCIAMENTO

3.1. O prazo para credenciamento iniciar-se-á a partir da data de publicação deste instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP.

3.1.1. O presente Edital **vigora por prazo indeterminado**, a partir da sua publicação no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP.

3.1.2. Poderá haver o credenciamento de interessados enquanto aberto o prazo de credenciamento, desde que atendidos os demais requisitos deste Edital.

3.2. Poderão habilitar-se, para credenciamento, Organização de Saúde Extra Marinha (OSE) e

Profissional de Saúde Autônomo (PSA), de acordo com as necessidades listadas neste Edital e que apresentarem Carta Proposta (anexo “K”) ou Requerimento (anexo “L”), conforme o caso, que estejam de acordo com os valores especificados neste instrumento e sejam previamente cadastrados no SICAF – Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores, previsto na Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 26 de abril de 2018.

3.3. Não poderão participar deste credenciamento:

3.3.1. Pessoas jurídicas cujo objeto social não seja pertinente e compatível com o objeto deste credenciamento.

3.3.1.1. Excepciona-se o disposto acima nos casos de pessoas jurídicas com fins lucrativos que apresentem autorização específica dos sócios para contratar com a Administração objeto diverso do previsto no contrato social ou estatuto;

3.3.1.2. A autorização assemblear deverá observar as regras de convocação e de quórum para instauração e deliberação previstas em lei para cada tipo de sociedade; e

3.3.1.3. Para fins de comprovação, o licitante deverá apresentar a ata da assembleia ou o documento equivalente.

3.3.2. Pessoas jurídicas ou sociedades estrangeiras que não funcionem no país;

3.3.3. Pessoas jurídicas ou físicas impedidas de licitar e contratar com a União (art. 7º da Lei nº 10.520, de 2002 cumulado com o art. 28 do Decreto nº 5.450, de 2005 e art. 156, III da Lei nº 14.133, de 2021), suspensas temporariamente de participar de licitação ou impedidas de contratar com a Marinha do Brasil (art. 87, III, da Lei nº 8.666, de 1993) ou impedidas de licitar e contratar com a Administração Pública Federal (art. 156, III e §4º da Lei nº 14.133, de 2021);

3.3.4. Pessoas jurídicas ou físicas declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, se aplicada com base na Lei nº 8.666, de 1993, ou até que tenha expirado o prazo de sua aplicação, se aplicada com base na Lei nº 14.133, de 2021;

3.3.5. Pessoas jurídicas ou físicas proibidas de contratar com o Poder Público, nos termos do art. 72, § 8º, V, da Lei nº 9.605, de 1998;

3.3.6. Pessoas jurídicas em processo falimentar;

3.3.7. Pessoas jurídicas em dissolução ou em liquidação;

3.3.8. Pessoas físicas em processo de insolvência civil;

3.3.9. Pessoas jurídicas de que sejam proprietários, controladores ou diretores, Deputados ou Senadores (art. 54, II, da Constituição Federal);

3.3.10. Pessoas jurídicas ou físicas proibidas de contratar com o Poder Público, nos termos do art. 12 da Lei nº 8.429/1992 (Lei de Improbidade Administrativa);

3.3.11. Quaisquer interessados que se enquadrarem nas vedações previstas nos §§1º e 2º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021;

3.3.12. Qualquer pessoa que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou da entidade credenciante ou com agente público que desempenhe função no processo de contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.3.13. Sociedades que tenham em seu quadro societário quaisquer das pessoas indicadas nos subitens anteriores.

3.3.13.1. Neste caso a restrição poderá ser afastada caso comprovada, no caso concreto, a ausência de ofensa aos princípios da isonomia, da impessoalidade e da moralidade.

3.4. A documentação deverá ser anexada ao sistema próprio do compras.gov.br, após cadastramento no SICAF – Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores, previsto na Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 26 de abril de 2018.

3.5. Para se habilitar à contratação, a **Organização de Saúde Extra Marinha** interessada deverá apresentar “**Carta Proposta**”, conforme modelo do anexo “**K**”, acompanhada dos documentos necessários, atendendo às seguintes exigências:

3.5.1. Estar contida em papel timbrado da pessoa jurídica ou que a identifiquem, sem emendas e sem rasuras, de maneira completa, expressa e inteligível;

3.5.2. Declarar concordância com as condições estabelecidas neste Edital e nos seus anexos;

3.5.3. Relação do Corpo Clínico;

3.5.4. Conter a relação de serviços;

3.5.5. Conter a relação de equipamentos técnicos;

3.5.5.1. No caso específico do atendimento pré-hospitalar e inter-hospitalar móvel, apresentar a relação de ambulâncias correspondentes aos tipos credenciados;

3.5.6. Constar dias e horários de atendimento;

3.5.7. Indicar o nome do Banco, o número da Agência e da Conta-Corrente para creditar os pagamentos; e

3.5.8. Ser datada e assinada pelo representante legal, podendo o ser por meio eletrônico (assinatura eletrônica passível de verificação).

3.6. Para habilitar-se ao credenciamento, o **Profissional de Saúde Autônomo** deverá apresentar “**Requerimento para Credenciamento**”, conforme modelo do anexo “**L**”, acompanhado dos documentos necessários, com atendimento das seguintes exigências e observações:

3.6.1. Estar contida em papel timbrado que o identifique, sem emendas e sem rasuras, de maneira completa, expressa e inteligível;

3.6.2. Declarar concordância com as condições estabelecidas neste Edital e nos seus Anexos;

3.6.3. Conter a relação de serviços;

3.6.4. Conter a relação de equipamentos técnicos;

3.6.5. Constar dias e horários de atendimento;

3.6.6. Indicar o nome do Banco, o número da Agência e da Conta-Corrente para creditar os pagamentos; e

3.6.7. Ser datado e assinado por si ou por seu representante, podendo o ser por meio eletrônico (assinatura eletrônica passível de verificação).

3.7. A “**Carta Proposta**” e o “**Requerimento para Credenciamento**” terão validade de **90 (noventa) dias**, contados da data da entrega, o qual admitirá prorrogação de 60 dias.

3.7.1. Decorrido o prazo de validade das propostas, sem convocação para contratação, ficam os licitantes liberados dos compromissos assumidos.

3.8. A Empresa Individual de Responsabilidade Limitada – EIRELI – deverá receber tratamento de OSE, dado a sua natureza de pessoa jurídica.

4. DA HABILITAÇÃO E DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO.

4.1. A Comissão Especial de Credenciamento consultará o Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores - SICAF, em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista, à qualificação econômico-financeira e à habilitação técnica, conforme disposto nos arts. 6º e 10 a 16 da Instrução Normativa SEGES/MP nº 3, de 2018, respeitada a documentação complementar prevista no item 4.6 desta Seção.

4.1.1. Também poderão ser consultados os sítios oficiais emissores de certidões,

especialmente quando o licitante esteja com alguma documentação vencida junto ao SICAF; e

4.1.2. Os interessados cadastrados no SICAF deverão apresentar a documentação listada neste Capítulo, quando ausente do cadastro.

4.2. Caso a Comissão não logre êxito em obter a certidão correspondente através do sítio oficial, ou na hipótese de se encontrar vencida no referido sistema, o interessado será convocado a encaminhar documento válido que comprove o atendimento das exigências deste Edital, sob pena de inabilitação.

4.3. Os interessados que não estiverem com sua documentação atualizada no SICAF deverão apresentar a seguinte documentação:

4.4. Habilitação jurídica, comprovada mediante a apresentação da seguinte documentação:

4.4.1. Organização de Saúde Extra Marinha (OSE):

4.4.1.1. Cédula de identidade ou outro documento equivalente do(s) representante(s) legal(is);

4.4.1.2. Registro Público de Empresas Mercantis, no caso de empresário individual;

4.4.1.3. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, com sua última alteração, devidamente registrado e, no caso de sociedades empresariais, acompanhado de documento de eleição de seus administradores ou, se for o caso, procurações que outorguem poderes para terceiros;

4.4.1.4. Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

4.4.1.5. Inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas, no caso de sociedades simples, acompanhada de prova de diretoria em exercício;

4.4.1.6. Decreto de autorização, no caso de sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

4.4.1.7. Em caso de **cooperativas**, conforme o item 10.5, letra 'g', do Anexo VII-A, da IN SLTI/MPOG nº 05/2017:

4.4.1.7.1. Ata de fundação;

4.4.1.7.2. Estatuto Social com a Ata da Assembleia que o aprovou;

4.4.1.7.3. Regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a Ata da Assembleia que os aprovou;

4.4.1.7.4. Editais de convocação das três últimas Assembleias Gerais extraordinárias;

4.4.1.7.5. Três registros de presença dos cooperados que executarão do Contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais;

4.4.1.7.6. Ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação; e

4.4.1.7.7. O registro na Organização das Cooperativas Brasileiras ou na entidade estadual, se houver, mediante apresentação dos estatutos sociais e suas alterações posteriores, nos termos do art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971.

4.4.2. Profissional de Saúde Autônomo (PSA):

4.4.2.1. Carteira de Identidade; e

4.4.2.2. Certidão de quitação eleitoral, nos termos do art. 7º, § 1º, III, c/c art. 146 do Código Eleitoral.

4.5. Regularidade Fiscal e Trabalhista:

4.5.1. Organização de Saúde Extra Marinha (OSE):

4.5.1.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);

4.5.1.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional efetuada mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados (Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 1.751, de 02 de outubro de 2014 e alteração);

4.5.1.3. Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), por meio de apresentação do Certificado de Regularidade do FGTS – CRF, emitido pela Caixa Econômica Federal;

4.5.1.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos da Lei Federal nº 12.440, de 2011;

4.5.1.5. Quando o contrato for executado por filial da empresa, o licitante deverá comprovar a regularidade fiscal da matriz e da filial; e

4.5.1.6. Em caso de **cooperativas**, conforme o item 10.5, letra 'b', do Anexo VII-

A, da IN SLTI/MPOG nº 05/2017:

4.5.1.6.1. A Declaração de Regularidade de Situação do Contribuinte Individual (DRSCI) de cada um dos cooperados relacionados.

4.5.2. Profissional de Saúde Autônomo (PSA):

4.5.2.1. Prova de inscrição do licitante no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF);

4.5.2.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional efetuada mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados;

4.5.2.3. Prova de regularidade de inscrição e de recolhimento das contribuições do Contribuinte Individual para com a Previdência Social, efetuada mediante a apresentação da Declaração de Regularidade de Situação do Contribuinte Individual (DRS-CI), fornecida pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS);

4.5.2.4. Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) por meio de apresentação do Certificado de Regularidade do FGTS – CRF, emitido pela Caixa Econômica Federal;

4.5.2.4.1. Caso o licitante pessoa física não seja empregador, deverá, em substituição ao CRF, declarar tal fato.

4.5.2.5. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos da Lei Federal nº 12.440/2011.

4.5.3. As certidões de comprovação da regularidade fiscal dos licitantes deverão ser apresentadas dentro do prazo de validade estabelecido em lei ou pelo órgão expedidor, ou, na hipótese de ausência de prazo estabelecido, deverão estar datados dos últimos **180 (cento e oitenta) dias contados da data da assinatura da Carta Proposta ou do Requerimento.**

4.6. Qualificação técnica:

4.6.1. Organização de Saúde Extra Marinha (OSE):

4.6.1.1. Prova de registro ou inscrição no Conselho de Classe respectivo;

4.6.1.2. Documentação do responsável técnico da OSE:

4.6.1.2.1. RG e CPF;

4.6.1.2.2. Certificado de especialidade; e

4.6.1.2.3. Registro no Conselho de Classe.

4.6.1.3. Relação de membros do corpo clínico datada e assinada pelo responsável técnico contendo os seguintes dados:

4.6.1.3.1. Nome completo;

4.6.1.3.2. Especialidade clínica; e

4.6.1.3.3. Número no registro de classe.

4.6.1.4. Alvará de localização e funcionamento válido;

4.6.1.5. Alvará de autorização sanitária válido;

4.6.1.6. O credenciamento da OSE poderá observar as seguintes situações quanto ao alvará de autorização sanitária:

4.6.1.6.1. Situação: Alvará de autorização sanitária vencido;

4.6.1.6.1.1. Documento a ser apresentado: alvará vencido, acompanhado de requerimento em tempo hábil (prazo estabelecido na legislação municipal específica, ou, em caso de omissão na legislação do Município, 120 dias antes do término de sua vigência) e comprovante da omissão por parte da autoridade de vigilância sanitária.

4.6.1.6.2. Situação: requerimento de renovação a destempo (para além dos 120 dias);

4.6.1.6.2.1. Documento a ser apresentado: alvará de autorização sanitária válido ou requerimento a destempo, acompanhado de comprovante da omissão por parte da autoridade de vigilância sanitária.

4.6.1.6.3. Situação: requerimento superveniente à instituição da empresa;

4.6.1.6.3.1. Documento a ser apresentado: alvará válido ou requerimento inicial, acompanhado de comprovante da omissão por parte da autoridade de vigilância sanitária.

4.6.1.6.4. Situação: funcionamento decorrente de decreto judicial;

4.6.1.6.4.1. Documento a ser apresentado: decreto judicial válido.

4.6.1.7. Inscrição no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES).

4.6.1.8. Em caso de **cooperativas**, conforme o item 10.5, letras 'a' a 'f', do Anexo VII-A, da IN SLTI/MPOG nº 05/2017:

4.6.1.8.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da

sede da cooperativa, respeitado o disposto no inciso XI, do art. 4º, inciso I, do art. 21 e §§ 2º a 6º do art. 42 da Lei nº 5.764/1971;

4.6.2. Profissional de Saúde Autônomo (PSA):

4.6.2.1. Prova de registro ou inscrição no Conselho de Classe respectivo;

4.6.2.2. A comprovação da Especialidade será feita mediante a apresentação de título de especialidade registrado no respectivo Conselho Regional;

4.6.2.3. Alvará de localização e funcionamento válido expedido em seu nome no endereço onde se propõe a prestar o serviço, salvo se o estabelecimento já o tiver, quando este deverá ser apresentado;

4.6.2.4. Alvará de autorização sanitária válido, expedido em seu nome, no endereço onde se propõe a prestar o serviço, salvo se o estabelecimento já o tiver, quando este deverá ser apresentado;

4.6.2.5. O credenciamento do PSA poderá observar as seguintes situações quanto ao alvará de autorização sanitária:

4.6.2.5.1. Situação: Alvará de autorização sanitária vencido;

4.6.2.5.1.1. Documento a ser apresentado: alvará vencido, acompanhado de requerimento em tempo hábil (120 dias antes do término de sua vigência) e comprovante da omissão por parte da autoridade de vigilância sanitária.

4.6.2.5.2. Situação: requerimento de renovação a destempo (para além dos 120 dias);

4.6.2.5.2.1. Documento a ser apresentado: alvará de autorização sanitária válido.

4.6.2.5.3. Situação: requerimento superveniente à instituição da empresa;

4.6.2.5.3.1. Documento a ser apresentado: alvará válido ou requerimento inicial, acompanhado de comprovante da omissão por parte da autoridade de vigilância sanitária.

4.6.2.5.4. Situação: funcionamento decorrente de decreto judicial;

4.6.2.5.4.1. Documento a ser apresentado: decreto judicial válido.

4.7. Os Profissionais de Saúde Autônomos serão credenciados nas respectivas especialidades comprovadas.

4.8. Declaração do licitante de que não possui em seu quadro de pessoal empregado com menos de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e de 16 (dezesesseis)

anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal – anexo “M”.

4.9. Verificação, como condição prévia ao exame da documentação de habilitação, quanto ao eventual descumprimento das condições de participação, especialmente, quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

4.9.1. SICAF;

4.9.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);

4.9.3. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php);

4.9.4. A consulta aos cadastros será realizada em nome da OSE/PSA e de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429/1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

4.9.5. Constatada a existência de sanção, a Comissão reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

4.10. Os interessados que preencherem os requisitos acima, no que lhes for aplicável, serão considerados aptos para o credenciamento.

4.11. O CREDENCIANTE poderá, até a assinatura do contrato, inabilitar a Organização de Saúde Extra Marinha ou o Profissional de Saúde Autônomo, por despacho fundamentado, se tiver informação abalizada de qualquer fato ou circunstância, anterior ou posterior à fase de habilitação, que desabone a qualificação técnica, habilitação jurídica ou regularidade fiscal daquela entidade ou prestador de serviço.

4.12. Inscrição no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES).

5. DOS RECURSOS FINANCEIROS.

5.1. Os recursos previstos para os pagamentos dos atendimentos decorrentes deste Edital serão os seguintes:

5.1.1. Para OSE: Orçamento Geral da União, Recursos da Gestão 00001, Fonte de Recursos 1005000144, Programa de Trabalho Resumido 216820, Natureza de Despesa

339039 e Plano Interno B42201002DU, no valor de R\$ 9.000.000,00 nove milhões de reais/ano) – Empenho Estimativo.

5.1.2. Para PSA: Orçamento Geral da União, Recursos da Gestão 00001, Fonte de Recursos 1005000144, Programa de Trabalho Resumido 216820 e Natureza de Despesa 339036 e Plano Interno B42201002DU, no valor de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais/ano) – Empenho Estimativo.

6. DO CONTRATO E SUAS ALTERAÇÕES.

6.1. O credenciamento será formalizado por intermédio de instrumento contratual, presentes as cláusulas obrigatórias estabelecidas pelo art. 92 da Lei 14.133, de 2021.

6.2. Os habilitados serão convocados no prazo máximo de **30 (trinta) dias úteis**, contados da data de apresentação das Cartas Proposta ou dos Requerimentos para Credenciamento, para assinarem os respectivos contratos, em obediência às prescrições do art. 90 da Lei nº 14.133, de 2021, podendo ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pela parte, durante seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado aceito pela Administração Pública Federal.

6.3. Os contratos celebrados a partir do presente Edital terão sua **vigência limitada a 60 (sessenta) meses de sua assinatura, podendo ser prorrogados por mais 60 meses**, totalizando a vigência máxima de 120 (cento e vinte) meses. Após este período não cabe prorrogação, na forma do art. 107, da Lei nº 14.133, de 2021. Após tal prazo deverá ser providenciado novo instrumento contratual.

6.4. Os contratos poderão ser alterados, com a devida motivação, nos casos previstos no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.5. Incumbirá à CREDENCIANTE providenciar a **publicação do ato que autoriza a Inexigibilidade de Licitação no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP**, bem como do contrato e seus aditamentos no prazo de **10 (dez) dias** contados da data de sua assinatura, conforme previsto no art. 72 parágrafo único e no art. 94, II da Lei nº 14.133, de 2021.

7. DO REGIME DE EXECUÇÃO.

7.1. As condições de execução dos serviços constam dos contratos, observadas as regras gerais abaixo registradas:

7.2. Os usuários do Sistema de Saúde da Marinha (SSM) serão encaminhados para OSE e/ou PSA, portando a **Guia de Apresentação do Usuário (GAU)**, cujo modelo encontra-se

disponibilizado no anexo “U”, emitida pelo CREDENCIANTE e serão identificados da seguinte forma:

7.2.1. Os usuários do SSM deverão apresentar a GAU juntamente com o documento de identidade com foto, expedido pela Marinha do Brasil, com **exceção de crianças com menos de 08 anos de idade**, que poderão apresentar o Cartão de Autorização Especial, emitido pela Diretoria de Saúde da Marinha (DSM).

7.2.2. Quando o usuário não possuir o Cartão de Autorização Especial ou o documento de identidade com foto, expedido pela Marinha do Brasil, deverá apresentar, no ato do atendimento, a Declaração de Dependente (DD), fornecida pela Organização Militar do responsável pelo dependente, acompanhada de outro documento de identificação próprio (carteira de identidade emitida por órgão civil, certidão de nascimento ou outro documento que o identifique). O usuário deverá apresentar ainda uma cópia da carteira de identidade, emitida pela Marinha do Brasil, do titular responsável.

7.2.2.1. Declaração de Dependente (DD): documento emitido pela própria Organização Militar (OM) do responsável pelo dependente, caso ainda não tenha sido realizado todo processo de concessão e identificação do dependente. A DD tem validade de **180 dias** corridos contados da data de assinatura do Titular da Organização Militar.

7.2.3. Nos casos de extravio ou furto do documento de identidade, o usuário do SSM deverá apresentar, no ato do atendimento, o Boletim de Ocorrência (**de no máximo 60 dias corridos**), junto a outro documento oficial, com foto, que permita a sua identificação.

7.2.4. A **GAU** é o documento emitido pelo CREDENCIANTE para a **autorização** de consultas, internações, exames complementares, procedimentos terapêuticos, assim como prorrogações de internações em Organizações de Saúde Extra Marinha (OSE) credenciadas.

7.2.4.1. A GAU tem **validade de 30 (trinta) dias corridos**, contados da data de autorização para o atendimento ao paciente.

7.2.4.1.1. A GAU poderá ser revalidada, SOMENTE pelo CREDENCIANTE, **uma única vez por mais 30 (trinta) dias corridos** a partir da data da autorização.

7.2.5. Eventuais dúvidas acerca da identificação e do correspondente direito ao atendimento, poderão ser esclarecidas com o Setor de Regulação do CREDENCIANTE: (51) 99925-4814 ou (51) 98452-9981.

7.3. Todos os serviços, **com exceção das urgências e/ou emergências**, deverão ser

previamente autorizados em GAU pelo CREDENCIANTE.

7.3.1. Emergência - constatação médica de condições de agravo a saúde que impliquem sofrimento intenso ou risco iminente de morte, exigindo, portanto, tratamento médico imediato.

7.3.2. Urgência - ocorrência imprevista de agravo à saúde com ou sem risco potencial à vida, cujo portador necessita de assistência médica imediata.

7.4. Nos casos de **urgência e/ou emergência**, o atendimento será **imediato, sem necessidade de apresentação de GAU**, mediante a identificação do usuário socorrido, na forma expressa nos subitens 7.2.1 e 7.2.2 do Edital.

7.4.1. O **CREDENCIADO deverá comunicar o fato à CREDENCIANTE, nas primeiras 24 horas**, por meio do e-mail cfpa.saude@marinha.mil.br, fornecendo todos os documentos necessários para que seja comprovada a urgência/emergência.

7.4.2. Os casos que necessitem de internação de urgência/emergência, a Ficha de Solicitação de Internação (Apêndice I do anexo A), deverá ser encaminhada junto com os demais documentos atinentes ao atendimento que gerou a internação.

7.4.3. Comprovada a urgência/emergência, o CREDENCIANTE emitirá, em até 7 dias úteis a(s) GAU(s) de emergência a(s) qual(is) englobará(ão) todos os procedimentos de emergência.

7.4.3.1. O atendimento no caso de comprovada emergência ou urgência será coberto pela(s) GAU(s), emitida(s) pelo CREDENCIANTE, englobando todo o atendimento clínico que for dispensado ao usuário em decorrência do Termo de Credenciamento, ainda que tal atendimento envolva equipe multidisciplinar, **com exceção dos exames e procedimentos de alto custo** (acima de R\$ 800,00 - oitocentos reais), que, para sua realização, deverão ser **previamente autorizados pelo CREDENCIANTE**, por meio da emissão de GAU;

7.4.4. O não atendimento do subitem 7.4.1 implicará glosa e o não pagamento das despesas realizadas. O CREDENCIANTE **não se responsabilizará ou ressarcirá as despesas, caso não seja comprovada a urgência e/ou a emergência pelo competente CREDENCIADO.**

7.4.5. A(s) GAU(s) original(is) e o Boletim de Atendimento de Emergência deverão ser anexados à fatura para auditoria e posterior pagamento.

7.4.6. O(s) tratamento(s) e procedimento(s) complementar(es) realizado(s) pelo CREDENCIADO que **não possua(m) caráter de urgência/emergência**, quando realizado(s)

sem a prévia autorização do CREDENCIANTE, não estará(ão) amparado(s) pela(s) GAU(s) de urgência/emergência não havendo a responsabilidade de pagamento/ressarcimento pelo CREDENCIANTE nem pelo usuário.

7.5. Qualquer material, equipamento, dieta e outro produto nutricional ou medicamento utilizado por parte do CREDENCIADO no atendimento ao paciente, inclusive sangue e seus componentes, será providenciado, cobertos estes custos por conta do mesmo, com observância das regras postas neste Edital, em seus anexos e no contrato.

7.5.1. O justo valor do uso desses materiais e afins será incluído, mediante apresentação de nota fiscal, ao final do tratamento, na conta do paciente, e submetido à Seção de Auditoria de Contas Médicas do CREDENCIANTE.

7.5.1.1. Os materiais de alto custo aquisitivo (acima de R\$ 800,00 - oitocentos reais), destinados à assistência de média e alta complexidade, utilizados nos pacientes assistidos pelo CREDENCIANTE, que se encontrem em tratamento ambulatorial, internados ou em assistência domiciliar, serão pagos mediante autorização prévia da Diretoria de Saúde da Marinha (DSM).

7.5.2. As dietas nutricionais especiais, fornecidas pelo SSM, serão enquadradas nas mesmas condições dos medicamentos especiais.

7.5.2.1. Medicamentos especiais - são aqueles de alto custo aquisitivo (acima de R\$ 800,00 - oitocentos reais), destinados à assistência de média e alta complexidade, prescritos aos pacientes assistidos pelo CREDENCIANTE, que se encontrem em tratamento ambulatorial, internados ou em assistência domiciliar, e serão pagos mediante autorização prévia da DSM.

7.5.3. O SSM não prevê o fornecimento de medicamentos comercializados sem registro na ANVISA.

7.5.3.1. O CREDENCIANTE poderá fornecer medicamentos, materiais de penso, órteses, próteses, materiais cirúrgicos especiais (reutilizáveis), dietas e outros produtos nutricionais e materiais de alto custo e outros que julgar necessários para a execução do contrato, respeitado o protocolo de tratamento do CREDENCIADO.

7.6 A solicitação de exames complementares deverá ser feita em receituário próprio do CREDENCIADO, o qual deve conter, além dos dados de identificação, o nome do profissional solicitante, data, assinatura e carimbo e a justificativa (indicação clínica) da solicitação com o CID.

7.6.1 - Não serão aceitas solicitações feitas em blocos de solicitação próprios de clínicas

de imagem.

7.7 A CONTRATANTE poderá requisitar ao CREDENCIADO o(s) Relatório(s) Médico(s) Circunstanciado(s) durante o tratamento ou mesmo antes da liberação deste, com o intuito de dirimir dúvidas e/ou acompanhar a evolução de tratamento anteriormente proposto.

7.8. O CREDENCIADO é responsável pelos encargos trabalhista, fiscal, previdenciário e comercial resultantes da execução do contrato, bem como pela supervisão de seus especialistas, a fim de manter a qualidade técnica e a execução das normas vigentes de cada conselho.

7.9. É **proibida a cobrança**, diretamente aos usuários, de quaisquer valores ou sobretaxas atinentes à prestação dos serviços em decorrência do Credenciamento.

7.10. É **vedado** ao CREDENCIADO exigir que o usuário assine fatura, GAU ou quaisquer papéis em branco ou ainda que assine GAU, sem que o serviço tenha sido concluído.

7.11. O CREDENCIADO deverá considerar o prazo de **30 (trinta) dias da consulta** para os casos de **RETORNO DE CONSULTAS** ambulatoriais.

7.11.1. Caso o CREDENCIADO não tenha disponibilidade de consultas neste prazo, o retorno deve ser considerado até a marcação.

7.11.2. As consultas **médicas, realizadas pelo mesmo profissional** em períodos inferiores a 30 dias, não serão autorizadas, exceto se acompanhadas de justificativa feita pelo Médico Assistente (MA).

7.11.3. A mostra de exames não se constitui em consulta médica e não cabe remuneração pelo CREDENCIANTE nem pelo usuário.

7.12. A execução e controle dos serviços contratados serão avaliados pelo CREDENCIANTE, mediante supervisão direta ou indireta dos procedimentos realizados.

7.13. Não serão cobertos pelos Acordos Administrativos:

7.13.1. modalidades de tratamento médico não reconhecidas pelo Conselho Federal de Medicina (CFM);

7.13.2. cirurgia plástica externa;

7.13.3. despesas não relacionadas com tratamento previamente autorizado;

7.13.4. exames, medicamentos e outros procedimentos que visem à pesquisa científica ou tratamentos não reconhecidos legalmente em território nacional;

7.13.5. exames ou tratamentos realizados em entidades não autorizadas, sem prévia indicação do SSM;

7.13.6. tratamentos clínicos ou cirúrgicos experimentais;

7.13.7. qualquer tipo de exames propedêuticos, medicação, procedimentos e cirurgias relacionadas à infertilidade;

7.13.8. tratamentos clínicos ou cirúrgicos não éticos;

7.13.9. acomodações que não estejam em conformidade com o círculo hierárquico;

7.13.10. serviços de cuidador para pacientes; e

7.13.11. remoção/transporte que não seja caracterizada como urgência ou emergência.

7.14. Para atendimentos, a apresentação do paciente nas instalações do CREDENCIADO será responsabilidade do usuário.

8. DO PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO.

8.1. Os serviços serão remunerados com base nos seguintes valores:

8.1.1. Para diárias, taxas, materiais, dietas, contratos e pacotes de serviços serão adotados os valores e regramentos constantes das tabelas dos anexos “N” e “P”. respectivamente, deste Edital.

8.1.1.1. Não há possibilidade de pagamento à parte do usuário para a OSE para mudança de acomodação hospitalar prevista.

8.1.2. A qualquer momento, desde que acordado pelas partes, poderão ser estabelecidos novos pacotes de prestação de serviços com a condição de que os valores individuais dos itens inclusos em cada pacote correspondam, no máximo, aos valores estabelecidos neste Edital e seus anexos.

8.1.2.1. Caso seja estabelecido um novo pacote, este será automaticamente estendido aos demais credenciados;

8.1.2.1.1. Qualquer alteração contratual proposta, só poderá ser efetivada com expressa autorização da Diretoria de Saúde da Marinha (DSM), após Análise Técnico Financeira.

8.2. Para honorários de **procedimentos médicos**, classificados nos capítulos 1, 2 e 3 da Classificação Brasileira Hierarquizada de Procedimentos Médicos (CBHPM), serão adotados os valores e regramentos constantes no item 1.5.5 do anexo “I” deste Edital.

8.3. Para o **serviço de apoio ao diagnóstico e tratamento (SADT)**, classificados no capítulo 4 da Classificação Brasileira Hierarquizada de Procedimentos Médicos (CBHPM), serão adotados os valores e regramentos constantes no item 1.5.6 do anexo “I” deste Edital.

8.4. Para **Serviços Laboratoriais** será adotada a Classificação Brasileira Hierarquizada de Procedimentos Médicos (CBHPM) e seus regramentos conforme a edição.

8.4.1. Para os valores de portes e UCO serão adotados os valores e regramentos constantes no item 1.5.8. do anexo “I” deste Edital.

8.4.2. Os Exames Toxicológicos, exame RT-PCR SARS-CoV-2 (CBHPM 4.03.14.61-8) e Exame (teste rápido) para Dengue serão regradados e valorados conforme itens 1.5.8.3, 1.5.8.4 e 1.5.8.5 do anexo “I” deste Edital.

8.5. No caso de exames/procedimentos não constantes na Tabela CBHPM 2016 será adotado valores e regramentos conforme consta no item 1.5.9 do anexo “I” deste Edital.

8.6. **Material radiológico:** será utilizada a tabela do Código Brasileiro de Radiologia e serão adotados os valores e regramentos constantes nos itens 1.5.11 do anexo “I” deste Edital.

8.7. **Portes Anestésicos:** serão adotados os valores constantes no item 1.5.4.6 do anexo “I” deste Edital.

8.7.1. O porte anestésico “0” significa “NÃO PARTICIPAÇÃO DO ANESTESIOLOGISTA”.

8.7.2. O Sistema de Saúde da Marinha (SSM) não prevê pagamentos de honorários médicos para analgesia local.

8.8. **Fonoaudiologia:** será utilizada a Tabela do Sindicato dos Fonoaudiólogos do Estado do Paraná (SINFOPAR) e serão adotados os valores e regramentos constantes no item 1.5.13 do anexo “I” deste Edital.

8.9. **Psicologia:** será utilizada a Tabela de Referência Nacional de Honorários dos Psicólogos do Conselho Federal de Psicologia/Federação Nacional dos Psicólogos e serão adotados os valores e regramentos constantes no item 1.5.14 do anexo “I” deste Edital.

8.10. **Nutrição:** será utilizada a Tabela de Honorários Nutricionistas (SINURGS) e serão adotados os valores e regramentos constantes no item 1.5.15 do anexo “I” deste Edital.

8.11. **Fisioterapia:** será utilizado o Referencial Brasileiro de Procedimentos Fisioterapêuticos (RBPF) e serão adotados os valores e regramentos constantes no item 1.5.16 do anexo “I” deste Edital.

8.12. **Terapia Ocupacional:** será utilizado o Referencial Nacional de Honorários de Terapia Ocupacional (RNHTO) e serão adotados os valores e regramentos constantes no item 1.5.17 do anexo “I” deste Edital.

8.13. **Atendimento Domiciliar:** serão adotados os valores e regramentos constantes no item 1.5.18 do anexo “I” deste Edital.

8.14. **Serviços de Atendimento Pré-Hospitalar e Inter-Hospitalar Móvel:** serão adotados os valores e regramentos constantes no item 1.5.19 do anexo “I” deste Edital.

8.15. No caso específico da(s) **Clínica(s) Odontológica(s) e Cirurgiões-dentistas Autônomos:**

serão adotados os valores e regramentos constantes no item 1.5.12 do anexo “I” deste Edital.

8.16. A **diária hospitalar** será paga conforme os valores e regramentos constantes no anexo “N”, deste Edital - Lista Referencial para Diárias, Taxas, Materiais, Dietas e Instruções Gerais de Serviços de Saúde

8.17. **Medicamentos:** valores acordados no parâmetro constante da coluna “preço fábrica - PF” da Lista de Preços de Medicamentos para compras públicas, emitida por parte da CMED/ANVISA com regramentos especificados nos itens de 1.5.24.1 a 1.5.24.4 do anexo “I” deste Edital.

8.17.1. Afasta-se a presente regra de preço caso, no momento de aferição das faturas (glosa), seja constatado valor superior ao praticado no mercado, por força do Acórdão nº 3.016/2012-Plenário/TCU.

8.17.1.1. Na hipótese do item anterior será adotada a regra de preço para "medicamentos de preço livre".

8.17.2. Quimioterápicos:

8.17.2.1. Os medicamentos quimioterápicos injetáveis serão considerados os valores acordados no parâmetro CMED/ANVISA na coluna (PF) para medicamentos genéricos e na coluna (PF) para os demais medicamentos.

8.17.2.2. Para os medicamentos Quimioterápicos orais serão considerados os valores acordados no parâmetro CMED/ANVISA na coluna (PF) para medicamentos genéricos e na coluna (PF) para demais medicamentos.

8.18. **Materiais médico-cirúrgicos/descartáveis/apósitos:** serão adotados os valores e regramentos constantes no item 1.5.25 do anexo “I” deste Edital.

8.19. **OPMEC (órteses, próteses, materiais especiais e cirúrgicos)**

8.19.1. Para autorização:

a) deverão ser anexados: o relatório médico assinado e datado onde conste o CID10, o procedimento principal, a descrição do material e quantidade.

b) deverão ser apresentados, pelo CREDENCIADO, 03 (três) orçamentos distintos (três marcas de produtos de fabricantes diferentes) de empresas que possuam registro na ANVISA. O orçamento deverá discriminar: o valor unitário, o valor total e a especificação do produto: número de registro ANVISA, marca e modelo comercial – fabricante ou distribuidor legalmente habilitado para a comercialização no País, validade, código SIMPRO com valor de referência (se houver) e código TUSS. Deverá ser observada a Resolução CFM nº 2.318/2022.

8.19.1.1. Caso não seja possível apresentar três orçamentos conforme descrito acima, deverá ser apresentada justificativa e/ou carta de exclusividade.

8.19.2. Ficará a critério do CREDENCIANTE a escolha do OPME orçado.

8.19.3. A OPMEC será pago conforme valores e regramentos constantes no item 1.5.29 do anexo “I” deste Edital.

8.19.4. Quando não for possível obter três orçamentos, o CREDENCIADO deverá apresentar carta de exclusividade ou justificativa.

8.19.5. Na conta hospitalar deverão ser apresentadas todas as informações referentes ao material utilizado: número de registro ANVISA, marca comercial – fabricante, modelo comercial, validade, código SIMPRO (se houver) e código TUSS, quantidade utilizada, valor unitário de referência conforme orçamento aprovado, comprovação da utilização (lacs/etiquetas) bem como comprovação da esterilização do referido item juntamente com a descrição do uso no relatório cirúrgico.

8.19.6. O CREDENCIANTE realizará a aferição das faturas, especialmente quanto à adequação do custo ao preço de mercado, por meio de seu Serviço de Auditoria Médica, conforme o procedimento previsto no contrato.

8.19.7. É proibida a substituição ou troca de OPME já autorizada, salvo quando ocorrer intercorrência médica imponderável durante o ato cirúrgico. Deverá estar descrito e justificado no registro cirúrgico.

8.19.7.1. Nestes casos, o CREDENCIADO deverá comunicar, preferencialmente via e-mail (cfpa.saude@marinha.mil.br), ao CREDENCIANTE em até 72 horas corridas após o uso. Deverão ser encaminhados: a justificativa médica; o custo do material utilizado juntamente com três orçamentos conforme letra b do item 8.19.1. Será considerado glosa administrativa a comunicação com a documentação fora do prazo estipulado (72 horas), não admitido recurso.

8.19.7.1.1. Solicitar ao CREDENCIANTE que acuse o recebimento do e-mail.

8.19.8. A lente intraocular fornecida pelo Sistema de Saúde da Marinha é do tipo dobrável, esférica e monofocal.

8.19.8.1. O usuário poderá optar por adquirir OPME (lente intraocular). O usuário deverá apresentar à CREDENCIANTE o relatório médico circunstanciado justificando a indicação bem como as características e o valor da lente intraocular escolhida. O custo total da lente intraocular será responsabilidade do usuário.

8.19.8.2. Nos casos em que o usuário optar pela aquisição do OPME, o

CREDENCIANTE não se responsabilizará pelo pagamento do OPME acordado pelo usuário e CREDENCIADO. O CREDENCIANTE pagará os demais custos do procedimento - exceto a lente intraocular.

8.20. **Dieta Enteral:** será pago conforme valores e regramentos constantes no item 1.5.29.2 do anexo “I” deste Edital.

8.21. **Dieta Especial:** será pago conforme valores e regramentos constantes no item 1.5.29.3 do anexo “I” deste Edital.

8.22. **Gases medicinais:** serão pagos conforme os valores e regramentos constantes no anexo “N”, deste Edital - Lista Referencial de Procedimentos Hospitalares e Ambulatoriais

8.23. É **vedado** ao CREDENCIADO cobrar diretamente do usuário do Sistema de Saúde da Marinha qualquer importância a título de taxas, honorários ou serviços prestados, inclusive depósitos prévios, além dos constantes das Tabelas pactuadas.

8.23.1. Salvo o direito do usuário de optar por adquirir OPME diferente do padronizado pelo Sistema de Saúde da Marinha.

8.24. O procedimento de aferição das faturas dar-se-á da seguinte forma:

8.24.1. Toda a documentação para a auditoria deverá ser entregue em envelopes fechados e lacrados. Atentar ao cumprimento da Lei Geral de Proteção de Dados, Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD).

8.24.2. O CREDENCIADO se obriga a apresentar ao CREDENCIANTE, **entre o 1º (primeiro) e o 10º (décimo) dia do mês subsequente**, a(s) fatura(s), contemplando todos os serviços prestados até o último dia do mês considerado, em nome da Capitania Fluvial de Porto Alegre, Unidade Gestora do Fundo de Saúde da Marinha, anexando todos os comprovantes de despesas, as **Guias de Apresentação do Usuário (GAU) originais** emitidas pela CFPA, com as assinaturas datadas dos usuários ou de seus responsáveis.

8.24.2.1. O CONTRATANTE não será responsabilizado pelo atraso nos pagamentos que sejam decorrentes da apresentação das faturas ou outros documentos fora dos prazos estipulados e com vícios formais que ensejem devolução.

8.24.2.2. Na(s) respectiva(s) fatura(s) deverá constar: o número da GAU, o nome completo do usuário e o seu Número de Identificação Pessoal (NIP). As faturas e respectivas comprovações deverão ser entregues na Sala de Estado (Portaria) da Capitania Fluvial de Porto Alegre (CREDENCIANTE), de segunda a sexta, exceto feriados, entre 08:30h e 16:00h.

8.24.2.3. O CREDENCIADO deverá apresentar as faturas em lotes separados, em

ordem alfabética, organizados por despesas conforme os seguintes centros de custos:

- a) consultas eletivas;
- b) exames diagnósticos eletivos de baixa e média complexidade;
- c) atendimentos ambulatoriais em Pronto Atendimento/Pronto Socorro – emergências/urgências;
- d) internações de emergência/urgências;
- e) procedimentos eletivos de alta complexidade – cirurgias; e
- f) tratamentos oncológicos.

8.24.2.4. Deverá constar no corpo das respectivas faturas o período de competência do faturamento.

8.24.3. Nos casos de internações prolongadas (mais de 10 – dez dias), as contas deverão ser subtotalizadas e apresentadas a cada **10 (dez) dias corridos**.

8.24.3.1. Para a emissão da GAU de prorrogação, a Ficha de Solicitação de Prorrogação de Internação (Apêndice II do anexo A), o relatório médico circunstanciado, a evolução clínica do paciente e demais documentos que justifiquem a prorrogação deverão ser encaminhados para o e-mail: cfpa.saude@marinha.mil.br. As prorrogações deverão ser solicitadas a cada 3 (três) dias corridos.

8.24.3.2. Para a emissão da(s) GAU(s) de OPME, materiais e medicamentos de alto custo (acima de R\$ 800,00 – oitocentos reais) deverão ser apresentados: o pedido médico com o relatório circunstanciado e demais comprovações que justifiquem a utilização do material e/ou medicamento.

8.24.3.3. Cada fatura parcial a ser apresentada pelo CREDENCIADO ao CREDENCIANTE deverá vir acompanhada da(s) respectiva(s) GAU(s). As faturas apresentadas sem a(s) respectiva(s) GAU(s) serão totalmente glosadas.

8.24.3.4. O CREDENCIADO deverá enviar diariamente à CREDENCIANTE, via o e-mail cfpa.saude@marinha.mil.br, a relação dos pacientes internados.

8.24.4. As faturas referentes as contas de:

- a) **internações;**
- b) **cirurgias;** e
- c) **oncologia** (quimioterapia e radioterapia) deverão ser **individualizadas por paciente.**

8.24.5. Caso o CREDENCIADO não apresente a documentação no prazo estipulado sem a devida justificativa para o atraso, o CREDENCIANTE poderá aplicar glosa administrativa e não realizar o pagamento da(s) fatura(s).

8.25. As faturas serão auditadas **no prazo de até 30 (trinta) dias úteis** a contar da data de recebimento. Verificadas eventuais inconformidades será emitido o Relatório de Glosas (anexo “Q” do Edital) pelo CREDENCIANTE e os valores parcial ou totalmente glosados, serão informados ao CREDENCIADO, discriminando o item e o valor com as razões das glosas efetuadas conforme o anexo “V” do Edital.

8.25.1. O CREDENCIANTE glosará, total ou parcialmente, mediante motivação, a remuneração pelos serviços prestados especificados nas faturas que não estiverem de acordo com este Edital.

8.25.2. O CREDENCIADO deverá informar um endereço de e-mail funcional para troca de informações sobre a auditoria de contas;

8.25.2.1. O Relatório de Glosa será enviado, preferencialmente via digital, por e-mail (cfpa.auditoria@marinha.mil.br) ou por meio físico.

8.26. O CREDENCIADO deverá acusar o recebimento do Relatório de Glosa, por meio do e-mail: cfpa.auditoria@marinha.mil.br e poderá interpor recurso de glosa (contra glosa) no prazo máximo de **10 (dez) dias corridos** a contar da data de recebimento da glosa.

8.26.1. O recurso de glosa deverá ser encaminhado, preferencialmente via digital, por e-mail (cfpa.auditoria@marinha.mil.br), ou por meio físico.

8.27. O CREDENCIANTE terá um prazo de **10 dias úteis** a contar da data de recebimento da contra glosa para verificação do recurso apresentado. Uma vez procedente, o CREDENCIANTE efetuará o pagamento. Caso contrário, informará o resultado da análise ao CREDENCIADO e arquivará a documentação.

8.28. A emissão da **Nota Fiscal**, a fim de efetuação do pagamento dos serviços prestados, somente poderá ocorrer **após o completo processo de auditoria**, com o saneamento de possíveis glosas. A Nota Fiscal poderá ser enviada por meio do e-mail: cfpa.auditoria@marinha.mil.br.

8.28.1. O CREDENCIANTE informará ao CREDENCIADO, preferencialmente via digital, por e-mail (cfpa.auditoria@marinha.mil.br), ou por meio físico a finalização da auditoria para a emissão da respectiva nota fiscal.

8.28.2. A Nota Fiscal correspondente à prestação do serviço deverá ser emitida em nome da **Capitania Fluvial de Porto Alegre, CNPJ nº 00.394.502/0143-66**, Endereço: Rua dos

Andradas nº 386, Centro Histórico, Porto Alegre/RS CEP 90020-000, na qual deverá constar o número da Nota de Empenho (NE) correspondente e os dados bancários do CREDENCIADO, para crédito em conta-corrente do valor devido, assim como a discriminação detalhada dos serviços cobrados.

8.28.3. A Nota Fiscal eletrônica (NF-e) poderá ser enviada por meio do e-mail: cfpa.auditoria@marinha.mil.br.

8.29. O pagamento será precedido de consulta quanto à regularidade fiscal do CREDENCIADO.

8.30. Os pagamentos serão efetuados mediante Ordem Bancária, em favor do CREDENCIADO, na Conta-Corrente, Agência e Banco informados na Carta Proposta ou no Requerimento, após a apresentação de Nota Fiscal dos serviços e lisura das faturas devidamente discriminadas.

8.31. O CREDENCIANTE efetuará o pagamento das faturas apresentadas nas condições prescritas, no prazo máximo de até 30 (trinta) dias úteis, contados da liquidação das notas fiscais pelo Ordenador de Despesas (OD) no sistema SIAFI.

8.32. Quando da ocorrência de eventuais atrasos de pagamento provocados exclusivamente pela Administração Pública Federal, o valor devido deverá ser acrescido de compensação financeira e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

$$I = (TX/100)/365$$

EM = I x N x VP, onde:

I = Índice de compensação financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.

8.33. Os valores vigentes na data de atendimento serão os considerados para a quitação das faturas.

8.34. Sobre o valor devido ao CREDENCIADO, a Administração Pública Federal efetuará a retenção do Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ), da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) e da

Contribuição para o PIS/Pasep, conforme disposto na Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012.

8.35. Quanto ao Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), será observado o disposto na Lei Complementar nº 116, de 2003, e legislação municipal aplicável.

8.36. O CREDENCIADO regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação por meio de documento oficial de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8.37. Toda situação anormal, que impossibilite ou prejudique o pagamento das despesas, será imediatamente informada ao CREDENCIADO.

8.38. A Administração deduzirá do montante a ser pago os valores correspondentes às multas e/ou indenizações devidas por parte do CREDENCIADO.

8.39. O desconto de qualquer valor no pagamento devido ao CREDENCIADO será precedido de processo administrativo em que será garantido o contraditório e a ampla defesa, com os recursos e meios que lhes são inerentes.

8.40. É vedado ao CREDENCIADO transferir a terceiros os direitos ou créditos decorrentes do contrato.

9. DA ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS.

9.1. Os valores previstos no corpo do Edital e em seus anexos (Listas Referenciais) poderão ser atualizados e republicados a qualquer tempo, vinculando os contratos então existentes a partir de sua publicação, **tendo como parâmetro pesquisa de preços, nos termos da Instrução Normativa SGSEDGGD/ME 65/2021.**

9.1.1. Considerando a diversidade de itens contratados e suas distintas dinâmicas de mercado, a atualização de preços será permitida após 12 (doze) meses da data de apresentação da proposta, **desde que devidamente justificada e fundamentada**, mediante solicitação formal do credenciado, instruída com documentos comprobatórios da variação de preços praticados no mercado.

9.1.2. A aceitação da solicitação estará condicionada à análise de economicidade, razoabilidade e interesse público, podendo ser aprovada integral ou parcialmente, ou ainda, indeferida, mediante justificativa.

9.2. A atualização dos valores contratados poderá refletir diminuição dos anteriormente

fixados.

9.3. O CREDENCIADO poderá apresentar planilha que justifique o pleiteado com demonstração analítica da variação dos componentes dos custos, tabelas de valores praticados com outras instituições similares, notas fiscais de aquisição de matérias-primas para subsidiar a prévia análise e deliberação por parte do CREDENCIANTE.

9.4. A negociação será feita mediante apresentação de solicitação das organizações similares (hospitais, clínicas odontológicas, laboratórios, procedimentos terapêuticos: fisioterapia, psicoterapia e outras).

9.5. O reajuste nos preços **somente** poderá ocorrer, após o interregno mínimo de **12 (doze) meses** de vigência contratual.

9.6. Não serão entendidos como legais ajustes automáticos de preços em função da emissão de novas tabelas de mercado, de reedições de tabelas ou revisões de qualquer espécie nas tabelas praticadas.

9.7. A atualização de valores não pré-fixados em edital só poderá ser efetivada com expressa autorização da Diretoria de Saúde da Marinha, após análise Técnico Financeira.

9.7.1. Para que ocorra a Análise Técnico Financeira de novos valores (repactuação ou reajustes) será necessário observar as seguintes orientações:

- I) Deverá ser estabelecido negociações junto a OSE, respeitando o interregno de 12 meses para reajuste;
- II) Apresentar planilhas de custos da credenciada que justifiquem o reajuste pleiteado;
- III) Apresentar Mapa Comparativo de Preços da Pesquisa Mercadológica do objeto a ser credenciado;
- IV) Informar qual o percentual pleiteado;
- V) Verificar os percentuais praticados na sua região por outros órgãos da administração pública federal e, principalmente, outras Forças Singulares; e
- VI) Caso seja estabelecido um novo pacote, este deverá ser estendido aos demais credenciados.

9.8. O reajuste não será concedido de forma automática, linear ou geral, mas sim **com base em avaliação individualizada da necessidade e da justificativa apresentada**, sendo possível, inclusive, a **redução do valor de itens contratados**, caso se verifique queda significativa de preços de mercado.

10. DAS OBRIGAÇÕES DO CREDENCIANTE.

10.1. O CREDENCIANTE obriga-se a:

- 10.1.1. Efetuar o pagamento no tempo, lugar e forma estabelecidos no contrato;
- 10.1.2. As fases do processamento das despesas médicas deverão ser acompanhadas por parte do órgão executor do SSM, por intermédio de auditorias prévias, concorrentes e a *posteriori*, além da verificação da lisura e inspeções administrativas conforme DGPM-401, DGPM-404 e DSM-6011;
- 10.1.3. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor(es) especialmente designado(s);
- 10.1.4. Notificar o CREDENCIADO por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção;
- 10.1.5. Fornecer materiais informativos e comunicados referentes as determinações administrativas que visem o gerenciamento do credenciamento;
- 10.1.6. Dirimir as dúvidas do CREDENCIADO sobre o objeto da contratação, no tocante as divergências ou inovações na política administrativa e assistencial do Sistema de Saúde da Marinha (SSM), notificando-o por escrito a respeito de irregularidades detectadas na execução dos serviços;
- 10.1.7. Realizar auditorias e perícias nos procedimentos, obedecendo aos princípios estabelecidos no Código de Ética da categoria;
- 10.1.8. Pagar ao CREDENCIADO o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas no Edital; e
- 10.1.9. Repassar aos usuários do SSM/FUSMA as informações recebidas do CREDENCIADO referente aos dias, horários e endereços de atendimento.

11. DAS OBRIGAÇÕES DOS CREDENCIADOS.

11.1. O CREDENCIADO obriga-se a:

- 11.1.1. Indicar formalmente à Administração Pública Federal os prepostos e/ou responsáveis pela prestação dos serviços, objeto deste Edital;
- 11.1.2. Manter disponibilidade de mão de obra dentro dos padrões quantitativo e qualitativo suficientes para atender a demanda ordinária, bem como eventuais acréscimos solicitados pela Administração Pública Federal, respeitadas as disposições da legislação trabalhista vigente;
- 11.1.3. Arcar com o custo do fornecimento de uniformes e equipamentos de proteção individual (EPI) para a mão de obra envolvida, sendo vedado o repasse de tal custo ao

CREDENCIANTE;

11.1.4. Efetuar a reposição da mão de obra nos serviços, em caráter imediato, em eventual ausência;

11.1.5. Atender de imediato as solicitações relativas à substituição de mão de obra desqualificada ou entendida por parte da Administração Pública Federal como inadequada para a prestação dos serviços;

11.1.6. Instruir o seu preposto quanto à necessidade de acatar as orientações da Administração Pública Federal, inclusive quanto ao cumprimento das Normas Internas e de Segurança e Saúde Ocupacional;

11.1.7. Relatar à Administração Pública Federal toda e qualquer irregularidade nos serviços prestados;

11.1.8. Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários e fiscais resultantes da execução do contrato, nos termos da legislação aplicável; e

11.1.9. Manter, durante a execução do contrato, todas as condições exigidas para habilitação e qualificação no presente Edital.

11.1.9.1 Nesse caso, é vedada a retenção de pagamento se o contratado não incorrer em qualquer inexecução do serviço.

11.1.9.2. A Administração poderá conceder um prazo para que o CREDENCIADO regularize suas condições de habilitação, sob pena de rescisão contratual, quando não identificar má-fé ou a incapacidade da empresa de corrigir a situação.

11.1.10. Permitir a Capitania Fluvial de Porto Alegre (CREDENCIANTE) avaliar o atendimento e os serviços prestados aos usuários do Sistema de Saúde da Marinha, por intermédio de auditorias específicas realizadas por profissionais da Capitania Fluvial de Porto Alegre que se reserva o direito de recusar ou sustar os serviços quando não atenderem ao estipulado em portarias normativas.

11.1.11. Proceder a verificação rigorosa da identificação do usuário do SSM/FUSMA. Qualquer despesa decorrente de negligência ou má-fé na averiguação da identificação do usuário do SSM/FUSMA será de responsabilidade exclusiva do CREDENCIADO.

11.1.12. Prestar à Capitania Fluvial de Porto Alegre esclarecimentos relativos às ocorrências na execução do credenciamento.

11.1.13. A responsabilidade técnica pelos profissionais prepostos do CREDENCIADO e regularidade perante seus órgãos de classe são de responsabilidade exclusiva do CREDENCIADO e qualquer falta neste sentido será motivo para rescisão contratual.

11.1.14. A responsabilidade civil pelos erros profissionais ou falhas no atendimento que possam comprometer a saúde do paciente ou gerar danos morais ou materiais será suportada exclusivamente pelo CREDENCIADO, que será chamado à Justiça para responder e deverá arcar com os honorários advocatícios fixados para defesa do CREDENCIANTE.

11.1.15. Comunicar à CREDENCIANTE, por escrito, mudança de endereço, de dias e horários de atendimento aos usuários, corpo clínico, exames e serviços prestados, com antecedência mínima de 30 (trinta dias) dias, além de fornecer todos os documentos que tenham validade definida no mesmo prazo (Ex: licença de funcionamento tem validade por um ano); e

11.1.16. No caso de ocorrer rescisão contratual, independente da parte que deu causa ao rompimento, a conduta profissional, perante o paciente em tratamento, será pautada pelos princípios do Código de Ética da categoria.

11.1.17. O CREDENCIADO deverá atender as medidas de gerenciamento de resíduos de serviços de saúde (RSS), em cumprimento às Resoluções da ANVISA e do CONAMA que tratam da questão. Atualmente, estão em vigor os seguintes normativos relacionados aos RSS:

11.1.17.1. RDC/ ANVISA N° 222, de 09 de maio de 2018 (Regulamenta as Boas Práticas de Gerenciamento dos Resíduos de Serviços de Saúde e dá outras providências.); e

11.1.17.2. Resolução CONAMA n° 358, de 29 de abril de 2005 (Dispõe sobre o tratamento e disposição final dos resíduos dos serviços de saúde e dá outras providências).

12. DAS SANÇÕES.

12.1. O CREDENCIADO será responsabilizado administrativamente nas seguintes hipóteses:

12.1.1. Dar causa à inexecução parcial do contrato;

12.1.2. Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

12.1.3. Dar causa à inexecução total do contrato;

12.1.4. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

12.1.5. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o credenciamento ou

prestar declaração falsa durante credenciamento ou a execução do contrato;

12.1.6. Fraudar o credenciamento ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

12.1.7. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

12.1.8. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos do credenciamento; e

12.1.9. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.2. Pelo atraso injustificado na execução das obrigações decorrentes do contrato, o CREDENCIADO estará sujeito às seguintes multas:

12.2.1. Multa, prevista no art. 156, II da Lei nº 14.133, de 2021, será calculada no percentual de 0,5% (meio por cento) **sobre o valor do serviço em mora**, por dia de atraso até o limite de 30 (trinta) dias;

12.2.2. Multa, prevista no art. 156, II da Lei nº 14.133, de 2021, será calculada no percentual de 10% (dez por cento) **sobre o valor do serviço em mora**, incidente a partir do 31º (trigésimo primeiro) dia, nas hipóteses de atraso por período superior ao previsto no item acima, limitado em até 60 (sessenta) dias; e

12.2.3. As multas acima não impedem que a Administração Pública Federal rescinda unilateralmente o contrato e aplique as outras sanções previstas neste Edital.

12.3. O descumprimento das obrigações contratuais, inclusive sua inexecução, total ou parcial, e/ou das condições previstas neste Edital sujeitará o CREDENCIADO, na forma do disposto no art. 156, da Lei nº 14.133, de 2021, às seguintes penalidades:

12.3.1. Advertência;

12.3.2. Multa, que não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato;

12.3.3. Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública Federal direta e indireta, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos; e,

12.3.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública direta ou indireta de todos os entes federados, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

12.4. As sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão também ser aplicadas às empresas ou aos profissionais que, em razão dos contratos regidos por esta Lei:

12.4.1. Tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

12.4.2. Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos do credenciamento;

e

12.4.3. Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

12.5. As penalidades serão aplicadas após regular processo administrativo, em que seja assegurado ao licitante o contraditório e a ampla defesa, com os meios e recursos que lhes são inerentes.

12.6. A multa será descontada da garantia do contrato e de pagamentos eventualmente devidos pela Administração Pública Federal ou cobrada judicialmente.

12.7. As sanções previstas nos subitens 12.3.1, 12.3.3 e 12.3.4 poderão ser aplicadas juntamente com a do subitem 12.3.2, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo legal.

12.8. A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública é de competência do Ministro de Estado da Defesa, precedida de análise jurídica e facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo legal.

12.9. As demais sanções são de competência exclusiva do Comandante da Capitania Fluvial de Porto Alegre.

13. DA RESCISÃO.

13.1. Os contratos poderão ser rescindidos nos casos de inexecução total ou parcial, na incidência dos motivos citados no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, conforme abaixo descrito:

13.1.1. Determinado por ato unilateral e motivado da Administração Pública Federal, nos seguintes casos:

13.1.1.1. Não cumprimento ou cumprimento irregular de normas editalícias ou de cláusulas contratuais, de especificações, de projetos ou de prazos;

13.1.1.2. Desatendimento das determinações regulares emitidas pela autoridade designada para acompanhar e fiscalizar sua execução ou por autoridade superior;

13.1.1.3. Alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que restrinja sua capacidade de concluir o contrato;

13.1.1.4. Decretação de falência ou de insolvência civil, dissolução da sociedade ou falecimento do contratado;

13.1.1.5. Caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do contrato;

13.1.1.6. Razões de interesse público, justificadas pela autoridade máxima do órgão

ou da entidade contratante;

13.1.1.7. Não cumprimento das obrigações relativas à reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz;

13.1.2. Por acordo entre as partes, reduzida a termo no procedimento de credenciamento, desde que haja conveniência para a Administração Pública Federal e não prejudique a saúde dos usuários do Sistema de Saúde da Marinha, **com antecedência mínima de 30 (trinta) dias**;

13.1.2.1. Estando em processo de apuração de irregularidades na prestação de seus serviços, o CREDENCIADO não poderá solicitar a rescisão, enquanto não concluído o processo de apuração.

13.1.3. Por rescisão judicial, promovida por parte do CREDENCIADO, se a Administração Pública Federal incidir em quaisquer das seguintes hipóteses:

13.1.3.1. Supressão, por parte da Administração, de obras, serviços ou compras que acarrete modificação do valor inicial do contrato além do limite permitido no art. 125 da Lei nº 14.133, de 2021;

13.1.3.2. Suspensão de execução do contrato, por ordem escrita da Administração, **por prazo superior a 3 (três) meses**;

13.1.3.3. Repetidas suspensões que totalizem **90 (noventa) dias úteis**, independentemente do pagamento obrigatório de indenização pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas; e

13.1.3.4. Atraso superior a **2 (dois) meses**, contado da emissão da nota fiscal, dos pagamentos ou de parcelas de pagamentos devidos pela Administração por despesas de obras, serviços ou fornecimentos.

13.2. A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, observado o devido processo legal.

13.3. A Capitania Fluvial de Porto Alegre poderá, no curso de processo de apuração das hipóteses de rescisão administrativa, interromper temporariamente a execução dos serviços, observado o limite fixado no Subitem 13.1.3.1.

13.4. Quando a rescisão ocorrer sem que haja culpa do CREDENCIADO, será este ressarcido dos prejuízos regularmente comprovados, tendo direito a:

13.4.1. Devolução de garantia;

13.4.2. Pagamentos devidos pela execução do contrato até a data da rescisão; e

13.4.3. Pagamento do custo da desmobilização.

13.5. A rescisão unilateral, por ato da Administração Pública Federal, acarreta as seguintes consequências, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital:

13.5.1. Execução da garantia contratual, quando houver, para: a) ressarcimento da Administração Pública por prejuízos decorrentes da não execução; b) pagamento de multas devidas à Administração Pública; e

13.5.2. Retenção dos créditos decorrentes do contrato até o limite dos prejuízos causados à Administração Pública Federal e das multas aplicadas.

13.6. É permitido à Administração Pública Federal, no caso de recuperação judicial ou extrajudicial do CREDENCIADO, manter o ajuste, podendo assumir o controle de determinadas atividades de serviços essenciais.

13.7. Em caso de rescisão, os tratamentos em curso deverão ser concluídos por parte do CREDENCIADO, salvo nos casos de expressa manifestação técnica ou administrativa do CREDENCIANTE.

13.8. A rescisão não eximirá o CREDENCIADO das garantias assumidas em relação aos serviços executados e de outras responsabilidades que legalmente lhe possam ser imputadas.

13.9. A rescisão poderá ainda ser realizada por ato unilateral do contratado, mediante descredenciamento por solicitação, ocasião em que gerará efeitos a partir de 30 (trinta) dias do protocolo do pedido.

14. **DOS RECURSOS.**

14.1. Dos atos da Administração Pública Federal referentes ao indeferimento dos pedidos de credenciamento e demais procedimentos previstos neste Edital caberão recursos administrativos na forma e nos prazos previstos no art. 17 do Decreto nº 11.878, de 2024 e do art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

14.1.1. O recurso será formalizado em processo administrativo, observado o devido processo legal.

14.2. Os recursos deverão ser via **sistema do Compras.gov.br**.

15. **DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL E PEDIDOS DE INFORMAÇÕES.**

15.1. Qualquer cidadão é parte legítima para impugnar o presente edital, após sua publicação no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP.

15.2. Os pedidos de impugnação ou informações deverão ser formalizados no sistema

Compras.gov.br.

15.3. Caberá à Comissão Especial de Licitação julgar e responder à impugnação em até 3 (três) dias úteis.

16. DA REVOGAÇÃO.

16.1. A Administração Pública Federal poderá revogar a licitação por razões de interesse público decorrentes de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta.

16.1.1. A revogação será precedida de procedimento administrativo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, e formalizada mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

17. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS.

17.1. A qualquer tempo, o CREDENCIANTE, assistido por terceiros contratados para tal fim, poderá realizar inspeção nas instalações dos CREDENCIADOS para verificação das condições de atendimento, de higiene, de equipamentos e de capacidade técnico operativa.

17.2. No caso de instituições hospitalares, o CREDENCIADO obriga-se a permitir a auditoria técnica no local, nos seguintes termos:

17.2.1. Identificação do usuário no setor de admissão do CREDENCIADO onde estiver sendo assistido;

17.2.2. Análise do Prontuário Médico e demais registros clínicos;

17.2.3. Visita ao paciente, com observação crítica de seu estado, correlacionando-o com o Prontuário Médico e com os demais registros clínicos;

17.2.4. Discussão dos casos com a(s) equipe(s) médica(s) assistente(s), sempre que necessário para o satisfatório desempenho das funções de auditoria;

17.2.5. Preenchimento do Relatório de Auditoria Hospitalar; e,

17.2.6. Auditoria das faturas médico-hospitalares, correlacionando Prontuário Médico e Relatório de Auditoria Hospitalar.

17.3. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento do CREDENCIADO, desde que seja possível a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta.

17.4. É facultada a autoridade competente, em qualquer fase do procedimento, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, inclusive com a

fixação de prazo de resposta.

17.5. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento.

17.6. Os prazos somente se iniciam e vencem em dias de expediente na Capitania Fluvial de Porto Alegre.

17.7. Em caso de revogação deste Edital, extinção, resolução ou rescisão do Contrato, havendo internação, o contrato continuará vigente até que o paciente tenha alta médica, ou seja, possível a transferência para outra OSE.

17.7.1. Havendo contrato com outra OSE, ligado a novo Edital de credenciamento, que pratique o mesmo objeto, o paciente deverá ser transferido, desde que tecnicamente possível.

17.7.2. Se a OSE, na qual o paciente está internado, firmar novo contrato conectado a novo credenciamento, este passará a regular a internação.

17.8. Os casos omissos serão resolvidos, pelo Comandante da Capitania Fluvial de Porto Alegre com base nas disposições constantes da Lei nº 14.133, de 2021 e no Decreto nº 11.878, de 2024 e nas demais Leis, Decretos, Portarias e Instruções Normativas a que este instrumento de convocação se encontra subordinado.

17.9. As dúvidas referentes ao Edital poderão ser formuladas ao Setor de Licitações e Contratos da Capitania Fluvial de Porto Alegre e encaminhadas para o endereço eletrônico cfpa.licitacoes@marinha.mil.br.

17.10. A minuta do presente Edital foi elaborada pela Advocacia-Geral da União, conforme despacho de aprovação no NUP nº 63143.001015/2025-47.

18. DO FORO.

18.1. O foro para dirimir questões relativas ao presente Edital será o de Porto Alegre/RS, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Porto Alegre, na data da assinatura.

FLÁVIO FIRMINO DOS SANTOS
Capitão de Mar e Guerra
Capitão dos Portos